

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM HISTÓRIA

Franklin Lopardi Franco

**O processo de criação do Museu Veterano José Maria Nicodemos da
Silva:
discussões acerca da memória coletiva dos veteranos da FEB.**

Juiz de Fora / 2011

Franklin Lopardi Franco

**O processo de criação do Museu Veterano José Maria Nicodemos da
Silva:
discussões acerca da memória coletiva dos veteranos da FEB.**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado pelo acadêmico Franklin Lopardi Franco como exigência do curso de graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a orientação do pesquisador Ms. Anysio Henriques Neto.

Juiz de Fora / 2011

Franklin Lopardi Franco

**O processo de criação do Museu Veterano José Maria Nicodemos da
Silva:
discussões acerca da memória coletiva dos veteranos da FEB.**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado pelo acadêmico Franklin Lopardi Franco como exigência do curso de graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a orientação do pesquisador Ms. Anysio Henriques Neto.

Aprovado em:

Ms. Anysio Henriques Neto

Professor

Professor

Juiz de Fora / 2011

Dedico esta monografia aos veteranos da FEB seção Juiz de Fora, por sua atuação nos campos da Itália e seu grande esforço por preservar a tradição febianá viva em sua associação.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente aos meus pais pela criação e apoio, aos meu irmão e irmãs e toda a minha família, agradeço também aos amigos que muito contribuíram para execução deste projeto, ao meu orientador pela paciência e apoio, a Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira seção Juiz de Fora, por todo apoio a pesquisa. Agradeço especialmente a Anna Carolynne Alvim Duque e família.

“De vez em quando todos os olhos se voltam pra mim, de lá de dentro da escuridão, esperando e querendo que eu seja um herói. Mas eu sou inocente”(Tom Zé).

Sumário

| | |
|--|-----------|
| LISTA DE SIGLAS..... | 7 |
| RESUMO | 8 |
| ABSTRACT | 8 |
| INTRODUÇÃO | 9 |
| | |
| CAPÍTULO 1 - Antecedentes históricos à criação da ANVFEB/JF | |
| 1.1 A mobilização da FEB | 11 |
| 1.2 A FEB em combate | 13 |
| 1.3 A desmobilização..... | 16 |
| 1.4 A criação das associações..... | 18 |
| | |
| CAPÍTULO 2 – O Museu José Maria Nicodemos | |
| 2.1 O museu enquanto suporte de memória..... | 24 |
| 2.2 O acervo arquivístico do Museu..... | 28 |
| 2.3 O acervo museológico..... | 30 |
| | |
| CAPÍTULO 3 – O processo de construção da memória. | |
| 3.1 A memória coletiva..... | 33 |
| 3.2 O museu enquanto lugar de memória | 38 |
| | |
| CONCLUSÃO | 41 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 43 |

Lista de Siglas:

AECB: Associação dos Ex-Combatentes do Brasil

AECB/JF: Associação dos Ex-Combatentes do Brasil seção Juiz de Fora

AMAN: Academia Militar das Agulhas Negras

AMIR: Associação dos Militares Reservistas

ANVFEB: Associação Nacional dos Veteranos da FEB

ANVFEB/JF: Associação Nacional dos Veteranos da FEB seção Juiz de Fora

AVEFEB: Associação dos Veteranos da FEB

CVCI: Clube dos Veteranos da Campanha da Itália

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda

EB: Exército Brasileiro

FAB: Força Aérea Brasileira

FEB: Força Expedicionária Brasileira

RESUMO:

O trabalho será executado como a proposta de esclarecer sobre a constituição da ANVFEB/JF, partindo da mobilização da FEB sua atuação e posterior desmobilização, bem como o processo de formação das associações de ex-combatentes. Em um segundo momento discorrerá sobre a construção do Museu José Maria Nicodemos, discutindo o conceito de museu e comparando com os casos do Museu Mariano Procópio e Museu Paulista, após este momento será feita uma descrição das peças do museu, a fim de compará-las com o processo de construção da memória coletiva, e discutir o museu enquanto um lugar de memória.

PALAVRAS CHAVE: FEB, ANVFEB/JF, museu, memória.

ABSTRACT:

The work will be performed to clarify the proposal on the establishment of ANVFEB / JF, based on the mobilization of its operations and later BEF demobilization, as well as the process of forming associations of former combatants. In a second stage will talk about building the Museum Jose Maria Nicodemus, discussing the concept of museum cases and comparing with the Museum and Museum Paulista Mariano Procopio, after that time will be a description of the pieces of the museum in order to compare them with the process of construction of collective memory, and discuss the museum as a place of memory.

KEY WORDS: BEF, ANVFEB/JF, museum, memory.

Introdução:

O presente trabalho tem por proposta entender o processo histórico que envolveu a criação da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira seção Juiz de Fora (ANVFEB/JF) e do Museu José Maria Nicodemos enquanto um espaço de memória destes veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Para tanto o estudo tem por objetivo as questões que envolveram a mobilização da Força Expedicionária Brasileira, assim como sua atuação no teatro de guerra europeu e a sua rápida desmobilização. Após este estudo o artigo tentará elucidar questões acerca do processo que levou a criação da Associação dos Ex-combatentes do Brasil (AECB), assim como a atual situação em que os veteranos se encontram, seus diferentes propósitos e as condições que originaram a formação de associações para representar estes diferentes interesses. Tendo em vista entender os personagens que irão compor a ANVFEB/JF.

Para compreender o espaço do museu como um espaço de memória o artigo optou pelo conceito de museu proposto por Ulpiano que entende o museu enquanto um suporte de memória, marcas identitárias a fim de atuar na definição de trajetos, explicitar percursos, reforçar referências e definir amarras, sendo estas principalmente de espaço e tempo, assim como um local onde se busca informação. A fim de pensar acerca de memória o conceito que a pesquisa utilizou foi o proposto por Celso Castro que a entende como uma construção contínua a partir de nossas lembranças, símbolos e relações sociais, o trabalho pretende realizar um diálogo entre Castro e Hallwachs que entende a memória enquanto algo que é aparentemente mais particular e remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças. A rememoração individual se faz na organização das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. Ela está impregnada das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências, que percebemos qual uma amálgama, uma unidade que parece ser só nossa. As lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, a que o autor denomina 'comunidade afetiva'. É difícilmente nos lembramos fora deste quadro de referências. Tanto nos processos de produção da memória como na rememoração, o outro tem um papel fundamental.

Pretende-se questionar o processo de construção consciente do acervo do museu José Maria Nicodemos através de elementos da memória e esquecimento de seus agentes construtores. Dentro do acervo do museu alguns dados estão incompletos, como os da aquisição de peças, mas para entender estruturalmente a construção do acervo, foi utilizado pela pesquisa a análise de fontes que citam o processo, como as atas e o acervo áudio visual, portanto a pesquisa irá descrever o acervo a fim de compreendê-lo como uma esforço de memória coletiva dos veteranos em resposta ao trauma do esquecimento perante a sociedade e o estado.

1 Análise do processo histórico da criação da ANVFEB/JF:

Neste capítulo a pesquisa realizou a análise do processo de criação da Associação Nacional dos Veteranos da FEB - seção Juiz de Fora ANVFEB/JF a partir de quatro etapas de seu contexto histórico. Consideramos que seu contexto histórico se iniciou com a formação de seu contingente (1943), a segunda etapa do processo foi sua atuação no teatro de guerra europeu (1944-1945), posteriormente a desmobilização dos efetivos da FEB (1945-1950) e consequentemente a análise do processo de ressocialização dos veteranos da FEB. Pois considerando estes fatores entendemos a criação de uma associação de representação dos veteranos, criada em 1945 como Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - AECB, devida a necessidade de garantia dos direitos de guerra do grupo. Entretanto, dentro da AECB surgiu uma divisão entre os membros da extinta FEB, sendo estes os Ex-Combatentes e os Veteranos da FEB. A partir da emergência de um subgrupo auto-intitulado Veteranos da Campanha da Itália temos a criação de uma nova associação, que representa apenas aqueles que participaram na campanha da Itália (1944-1945). O processo de emergência do subgrupo dos Veteranos da FEB ocorre inicialmente em nível nacional e posteriormente dá origem à subdivisões nas seções regionais da AECB, neste caso analisaremos a criação da ANVFEB/JF.

1.1 A mobilização da FEB:

A entrada do Brasil na guerra aconteceu durante o Estado Novo, momento em que o país estava dividido entre duas matrizes político-ideológicas. O eixo ao qual o Brasil tinha algumas semelhanças ideológicas com o regime Totalitário Nazi-fascista. E a matriz de influência Norte-americana, Considerado pela maioria do governo brasileiro como opção mais lógica para a guerra (MCCANN, 1995. p. 17).

A opção pelo alinhamento com o bloco aliado justifica-se pela conjuntura internacional. Em 1940 manter o Brasil como aliado era interessante para os Estados Unidos, pois o país oferecia matérias primas vitais ao esforço de bélico Norte-americano, como por exemplo, a borracha, minério de ferro, itens alimentícios, dentre outros. Além disso, o Brasil foi considerado ponto estratégico para o controle do Atlântico.

O alinhamento brasileiro com o bloco Norte-americano levou o governo alemão a ordenar vários ataques a marinha mercante brasileira em 1942. Causando a morte de aproximadamente mil mortos e o afundamento de trinta e cinco (35) navios.

Francisco Cezar Ferraz analisou, a partir da declaração de guerra do Brasil ao Eixo, a criação de um disciplinado *front* interno, muito influenciado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O sentimento de revanchismo causado pelo torpedeamento dos navios brasileiros foi considerado como um dos elementos de sustentação para o envio de tropas brasileiras para a Europa (FERRAZ, 2003, p. 68). Outro fator analisado pelo autor sobre a mobilização da FEB, é que pela primeira vez na história do Brasil, brasileiros iriam experimentar a experiência integral de cidadania, tornando-se cidadão-soldado, para tanto era necessário ser um cidadão comum, tendo o direito de votar, ser votado e expressar-se livremente, associado ao serviço militar fora do território nacional e exercer “Tributo de sangue”¹. As formas de exercício de sua cidadania no pós-guerra estão intimamente ligadas ao modo como este grupo social a exerceu durante a guerra, ou seja, o discurso do cumprimento do dever patriótico se torna uma ferramenta de luta pelos seus direitos (FERRAZ, 2003, p. 65).

João Baptista Mascarenhas Moraes, comandante da FEB, ressalta que no momento em que o Brasil declara estado de beligerância contra a Alemanha, existe uma deficiência na infra-estrutura do país dificultando a elaboração de um plano de mobilização de tropas a fim de defender o Nordeste. O comandante da FEB enfrentou sérias dificuldades como por exemplo a falta de ligação rodoviária entre a capital (Rio de Janeiro) e o Nordeste (MORAES, 1984, p. 130).

Mascarenhas de Moraes defende ainda que o torpedeamento da marinha mercante brasileira pelos nazistas também serviu como motivo para o envio de tropas a Itália, assim como o dever de libertar os povos europeus do jugo Nazi-fascista. Segundo o autor “entre os propósitos que levaram o Brasil a tomar parte na Segunda Guerra Mundial, destacam-se o de revidar a agressão Nazi-fascista a nossa navegação costeira e o de libertar povos submetidos à sanha de regimes totalitários e desumanos” (MORAES, 1984, p. 125).

A análise do Marechal de Lima Brayner, chefe do Estado Maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária é a de que o governo brasileiro não havia se atentado para as

¹ “Tributo de sangue é quando um cidadão põe a sua vida a completo serviço da nação, correndo o risco de perdê-la”. Cf. FERRAZ, Francisco Cesar. A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira. 2003. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 64.

proporções do conflito, assim como a complexidade da empreitada que a FEB deveria empreender. A isso ele atribui a surpresa com que o governo foi pego com os torpedeamentos, um estado que não entendia direito o que era a guerra e que não se preparou para ela em nenhum momento, estava declarando estado de beligerância contra uma potência européia (BRAYNER, 1968, p. 24). Brayner discorre que este despreparo também resultou num atraso imenso da formação do primeiro escalão da FEB. É importante ressaltar que apesar de todos esses problemas o comandante do Estado Maior atribui ao esforço do comando da FEB uma análise positiva (BRAYNER, 1968, p. 31).

Boris Schnaiderman, ao tratar da mobilização, expõe duas dialéticas percebidas durante este processo. A primeira foi o choque entre as realidades dos praças brasileiros e dos soldados Norte-americanos, já que mesmo aqui no Brasil os estrangeiros dispunham de um pouco mais de conforto do que os recrutas brasileiros, como por exemplo camas macias com mosquiteiros. A outra dialética é a da sua realidade, de um universitário voluntário, em relação a dos outros soldados, que foram convocados. O autor afirma que os convocados se sentiam obrigados a aquele dever de proteger a pátria enquanto ele, que foi militante da entrada do Brasil na guerra, percebeu que isso era uma necessidade da soberania nacional.

Porém Schnaiderman ressalta que “estávamos muito unidos pelo choque da convocação, éramos demasiados cômicos da nossa situação de vítimas escolhidas ao acaso para que nossas convicções opostas pudessem separa-nos” (SCHNAIDERMAN, 1964, p. 4). Apesar deste sentimento de união Schnaiderman também relata uma divisão entre dois mundos dentro dos quartéis no Brasil, ou seja o mundo do soldado e o mundo dos oficiais, apesar de alguns poucos oficiais se interessarem por dialogar com o mundo dos soldados, esses jamais conseguiam se inserir nele. (SCHNAIDERMAN, 1964, p. 8)

1.2 A FEB em combate:

A FEB foi criada oficialmente em 09 de agosto de 1943, através de uma portaria ministerial, mantendo um padrão de organização inspirado nos EUA. Com um compromisso de enviar três divisões para o teatro de guerra (SILVEIRA (A), 2001, p. 51). Segundo Joaquim Xavier da Silveira, veterano da FEB o problema maior na escolha do comandante geral da FEB não era na sua ida para a guerra, mas sim na sua volta. Por fim, o nome de Mascarenhas de Moraes foi escolhido, um general legalista e apolítico, um nome que sofreu

várias críticas, mas todas silenciosas (SILVEIRA (A), 2001, p. 54). O comandante junto o com resto do alto escalão deveriam fazer estágio de aperfeiçoamento nos Estados Unidos. O autor nos diz sobre duas grandes dificuldades que a criação da FEB enfrentou, são elas uma no âmbito político e outra no âmbito material. No âmbito político Silveira expõe que, segundo as memórias de Mascarenhas, dentro da composição da FEB existiam muitos contrários a existência dela. Já no âmbito material, o jornalista discorre sobre a falta de infra-estrutura para mobilização da FEB, assim como escassez de material bélico para ser aplicado no teatro de guerra europeu, o que resultou na contração de uma dívida com os Norte-americanos (SILVEIRA (A), 2003, p. 56).

A atuação da FEB nos campos da Itália consistiu no envio de três escalões, apesar de ter mobilizado 25.334 homens divididos em cinco escalões. O 1º escalão desembarcou no porto de Nápoles e foi incorporada ao V Exército Americano sob o comando do General Mark Clark. Participou de quatro grandes batalhas como a de Monte Castelo, Castelnuovo, San Quirino, Montese, dentre outras; libertaram cidades julgo nazista como Montese, San Quirino e Fornovo. Dentre todas as batalhas, a FEB perdeu 471 soldados, tendo 2722 feridos e ainda 35 de seus soldados foram feitos prisioneiros pelos alemães (SILVEIRA (B), 1976, p. 8).

Ao chegar em solo italiano os praças tiveram um grande choque de realidade ao serem postos sob o comando do V Exército Americano, Ferraz observa que no exército americano:

estas práticas desenvolvidas no contato com o Exército americano e com a própria realidade de combate, porém, não implicavam desrespeito à hierarquia ou faziam o Exército menos marcial. Mostravam, porém, um modelo de Exército mais democrático, composto de cidadãos-soldados que tinham a consciência de que a posição hierárquica superior era consequência de méritos individuais e somente poderia ser exercitada em serviço, o oposto ao modelo brasileiro, em que muitos oficiais entendiam a superioridade hierárquica como algo imanente, e que deveria permear todas as relações sociais, dentro e fora dos quartéis (FERRAZ, 2003, p. 92).

Esta discussão ainda é trabalhada por Schnaiderman, ao relatar sua chegada no quartel, também expõe esta superioridade hierárquica imanente do Exército brasileiro. Neste momento Boris Schnaiderman vai demonstrar o choque de realidades com o que o convocado se deparou dentro do Exército brasileiro ele apresenta dois mundos distintos, o dos que mandam e dos que obedecem, pois são mundos que não dialogam (SCHNAIDERMAN, 1964, p. 8). É importante ressaltar que apesar deste contraste proposto pelo autor, a FEB teve um caráter de

integração, pois foi composta por soldados de todo o Brasil, assim percebemos uma grande miscigenação étnica e cultural no contingente febianos.

Acerca da campanha na Itália, o comandante da FEB, Mascarenhas de Moraes, fez uma análise cercada de críticas, na qual aponta a falta de apoio logístico dado a FEB pelo governo brasileiro.

lamentavelmente, apesar de meus reclamos não tivemos no Brasil a logística adequada à relevante missão que iríamos desempenhar no exterior. Os uniformes, calçados e agasalhos, mal talhados e arrematados, eram inapropriados ao clima frígido que enfrentamos. Felizmente em tempo fomos socorridos – esse o termo técnico – pelos órgãos logísticos americanos que nos supriram de todo material que éramos deficientes na quantidade ou qualidade (MORAES, 1984, p. 359).

O Marechal Mascarenhas recebeu a promessa dos Norte-americanos que o material bélico comprado pelo Brasil chegaria a tempo dos 2º e 3º escalões da FEB, se equiparem e se adaptarem a eles na Itália (MORAES, 1984, p. 206), mas isto não ocorreu na prática, o que resultou na utilização destas tropas no *front* ainda em estado de adaptação ao equipamento Norte-americano. O uso destas tropas despreparadas se deu em consequência de falhas na organização do *front* aliado na Itália (MORAIS, 1984, p. 225).

Em relação aos combates da FEB, um dos pontos cruciais pensados por Mascarenhas de Moraes sobre a campanha da Itália foi a conquista de Monte Castelo, o Marechal atribuiu importância da conquista não somente devido aos fatores estratégicos, mas também porque serviu para levantar o moral das tropas. Neste momento a frente brasileira na Itália se encontrava estagnada assim como todo o *front* Aliado, logo essa vitória representou um prosseguimento importante para as operações da FEB, que mesmo providas das dificuldades citadas acima conseguiu elevar o seu prestígio perante os Aliados (MORAES, 1984, p. 360). Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela FEB, após a vitória Aliada a tropa recebeu o reconhecimento de seus feitos, tanto dos Aliados quanto do Exército alemão.

1.3 Desmobilização da FEB:

Assim como a FEB foi criada em 1943, no dia 6 de Julho de 1945, através de um aviso ministerial o contingente foi oficialmente dissolvido enquanto ainda estava em solo italiano atuando como tropa de ocupação nas regiões liberadas. Consequentemente comando de Mascarenhas de Moraes também foi dissolvido no momento do aviso ministerial. O grande dano desta decisão exposto por Joaquim Xavier da Silveira foi que um dos propósitos da formação da FEB foi o de transmitir as experiências adquiridas na Europa para o resto do Exército brasileiro após a sua atuação no teatro de guerra europeu.

(...)as unidades do 1º escalão – cuja a denominação passa a ser somente FEB – a medida que chegarem a esta capital, como norma, serão considerada excluídas da referida força, ficando, em consequência, até que lhes seja dado destino definitivo automaticamente subordinados ao comando da 1ª Região Militar, para fins administrativos e disciplinares, ressalvados aqueles que, por sua natureza, incumbam ao comando da FEB por se relacionarem com regularização de medidas e encargos anteriores de sua competência. (...) (SILVEIRA (A), 2001, p. 337).

Desta forma esta força expedicionária funcionaria como uma unidade de modernização do Exército brasileiro, entretanto a desmobilização feita por Getúlio tirou este potencial do contingente. E como consequência disto os membros da já dissolvida FEB enfrentaram diversas dificuldades durante o pós guerra.

Segundo Joaquim Xavier da Silveira:

toda a tropa que se desmobiliza após uma guerra tem dois problemas fundamentais: a readaptação e o amparo psicossocial e material. Nada disso foi feito a tempo da desmobilização da FEB. O povo brasileiro não foi preparado adequadamente; o soldado não foi esclarecido de como deveria proceder para se readaptar ao dia-a-dia e o povo não foi informado como deveria recebê-lo (SILVEIRA (A), 2001, p. 235).

A diáspora da FEB atingiu tanto oficiais quanto aos soldados. Logo no momento da reapresentação todos os oficiais foram designados a se apresentar em locais distantes do seu local de origem, enfrentando preconceito dos demais oficiais. Acerca dos praças, a situação foi ainda mais grave, pois os soldados não tinham mais o seu emprego a sua espera e para achar

um novo trabalho sua situação era dificultada pelo o preconceito da neurose da guerra². A solução para garantir seus direitos de guerra culminou na tentativa de organização de associações de veteranos de guerra, isto é, instituições representativas deste grupo social (SILVEIRA (A), 2001, p. 237).

O comandante do Estado Maior da FEB Floriano de Lima Brayner entende que o início do processo desmembramento da FEB se deu pela decisão do retorno antecipado das tropas ao Brasil, o que resultou na divisão da Força em escalões. Ele afirma também que era interesse Norte-americano que a FEB desocupasse rapidamente a Itália. Pois assim como não fizeram força para o Brasil chegar no Teatro de Operações europeu, queriam que o Brasil fosse logo dispensado de seus serviços. Do apoio dado pelos Norte-americanos foi cobrado cada centavo ao governo brasileiro, segundo o autor “os americanos não só nos cobraram pelo ar que se respira porque nenhum banco era capaz de medi-lo” (BRAYNER, 1968, p. 510).

Ao chegar no Brasil, de todas as promessas feitas aos soldados, poucas foram cumpridas, ou seja, o que o pracinha enfrentou foi um total descaso por parte do governo na sua ressocialização. Assim como afirma Lima Brayner sobre a mobilização desordenada durante a criação da FEB, o que gerou atrasos na formação dos escalões, Ferraz aponta para uma desmobilização feita sem nenhum projeto calculado que proporcionou danos até maiores do que a mobilização (FERRAZ, 2003. p. 183). Dentre eles o autor ressalta, que nos casos mais graves, como o dos pracinhas que foram mutilados, feridos ou sofreram traumas de guerra, eles ainda tinham de enfrentar uma má vontade burocrática por parte do Estado brasileiro (FERRAZ, 2003, p. 186).

Por parte do governo foi iniciado um programa de re-socialização, com a promulgação de algumas leis como, por exemplo, o Decreto-Lei 7270, de 25 de janeiro de 1945, assinado enquanto a FEB ainda estava na Itália combatendo. Este decreto lei regularizou o atendimento aos inválidos das Forças Armadas, estabelecia também a criação da comissão de Readaptação de Incapazes (SILVEIRA, 2001, p. 242). Também contaram com outras leis prevendo pagamento de pensões e outros benefícios, totalizando até a data de 1978, um total de 81 leis promulgadas, 56 decretos-leis e 62 decretos no âmbito federal e 89 leis no âmbito estadual (SILVEIRA, 2001, p. 239).

² Havia um mito de que todo pracinha estava propício ao trauma da guerra e que isto o colocaria desqualificado para diversos tipos de trabalho. Cf. SILVEIRA, Joaquim Xavier. A FEB por um Soldado. Rio de Janeiro, Biblioteca do exército Ed., Editora Expressão e Cultura – Exped LTDA, 2001. p. 237

Ainda tratando de movimentos de reconhecimento da memória da FEB por parte do Estado, o repatriamento dos corpos, fez parte deste processo. O qual começou com a criação da Comissão de Repatriamento, chefiada pelo próprio comandante da já extinta FEB, em 1952 durante segundo governo de Vargas, a comissão decidiu que o processo seria concluído com a criação de monumento nacional dedicado ao esforço de guerra brasileiro, no qual seriam abrigados os restos mortais dos brasileiros, até então, enterrados no Cemitério Militar de Pistóia (MORAES, 1984, p. 584). A obra de construção do monumento para receber os corpos só foi iniciada em 1957, sendo o monumento inaugurado em 1960, em uma importante solenidade carregada de uma áurea simbólica. A cerimônia também contou com uma forte participação popular e serviu para voltar um pouco à atenção aos veteranos da FEB, desta forma o local pode ser entendido como um lugar de memória da FEB (FERRAZ, 2003, p. 344).

Mas esse sentimento de prestígio não foi uma constante no cotidiano dos veteranos da FEB, pois seus problemas não restringiam somente ao reconhecimento do seu esforço de guerra pelo Estado, mas também pela sociedade como um todo. Um episódio que marcou essa luta do febianos foi a copa de 1950, na qual os jogadores brasileiros declaram que mesmo tendo perdido a Copa, os jogadores brasileiros gozavam de uma consideração muito maior por parte da memória popular (FERRAZ, 2003, p. 211).

1.4 A criação da associação da AECB e emergência da ANVFEB:

Em resposta ao esquecimento dos veteranos e os problemas de ressocialização enfrentados pelo grupo, este começa a se organizar em associações. A primeira associação foi criada em outubro de 1945 com nome de Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB), que já havia sido pensada ainda em solo italiano. Seus ideais seriam lutar pelos direitos dos Ex-combatentes e manter vivo o que eles chamam de espírito febianos. Com a desmobilização antecipada esse pensamento ficou desarticulado, mas Ferraz atribui a criação da associação com a articulação dos membros que defendiam o ideal comunista. Algo que serviu para o afastamento de outros veteranos (FERRAZ, 2003, p. 266).

Outro fator para o afastamento entre os veteranos da FEB e a AECB se deu ao caráter abrangente da filiação de seus membros, pois consideravam todos que foram mobilizados para o esforço de guerra como Ex-Combatentes, até mesmo a marinha mercante. Este fato gerou

muitas disputas, pois os Veteranos da FEB entendiam que a sua experiência de guerra era diferente da experiência dos demais membros mobilizados pelo esforço de guerra brasileiro (FERRAZ, 2003, pp. 245-246). Essa situação persistiu ao longo de duas décadas, aliado as disputas por uma associação apartidária e acabou por resultar na divisão da AECB. Conseqüentemente foi criado o Clube dos Veteranos da Campanha da Itália (CVCI), em 16 de julho de 1963. Esta nova associação tinha o caráter apolítico e se propunha a focar sua atuação nos problemas dos Veteranos da FEB, ou seja, aqueles que tiveram experiência de guerra na Europa, e diferentemente da AECB, para sua admissão no CVCI era preciso ter a medalha de campanha da FEB (SILVEIRA, 2001, p. 250).

No capítulo cinco de sua tese, Ferraz trata a formação das associações de veteranos de guerra brasileiros como um elemento catalisador para o estabelecimento do veterano como agente pleno da memória febiana:

(...) neste capítulo será analisada a forma como os grupos organizados dos ex-expedicionários, reunidos nas associações de ex-combatentes e de veteranos, tornaram-se agentes de memória, no sentido mais completo do termo, ou seja, um conjunto de cidadãos que desempenham os esforços de rememoração e valorização permanente de suas ações do passado não apenas com os objetivos de comemoração dos feitos, mas como condição de sobrevivência concreta e identidade social (FERRAZ, 2003, p. 240).

O autor argumenta que este esforço de organização do grupo foi um processo construído, porém, não de maneira homogênea nos aspectos sociais e culturais, já que houve que houve conflitos, disputas e divisões entre as associações ao longo deste processo.

Inicialmente estas agremiações surgem para atender a uma necessidade mais imediata, dentre elas a criação de espaço para convivência dos associados. Segundo Ferraz “em seus primórdios, as seções eram percebidas pelos ex-combatentes mais como um local de atendimento de necessidades imediatas do que de formulação de posicionamentos públicos para as questões nacionais” (FERRAZ, 2003, p. 260).

Devido a falta de apoio governamental, aliado ao não reconhecimento da sociedade, estas atuações em plano nacional se tornam iminentes. A mais importante destas ações no âmbito nacional foi o “Desfile do Silêncio”³, organizado em 23 de junho de 1947, com a

³ Foi uma passeata que contou com a participação de veteranos, familiares e simpatizantes. Cf. FERRAZ, Francisco Cesar. A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira. 2003. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 328.

finalidade de entregar a câmara e ao poder executivo alguns memoriais contendo as reivindicações dos pracinhas (FERRAZ, 2003, p. 268).

A fim de entender os conflitos internos ocorridos na AECB, que dão origem a ANVFEB, analisamos as principais características da formação dos grupos. Inicialmente a partir da diferença entre Ex-Combatente e Veterano da FEB. Ex-Combatente foi um termo genérico cunhado para definir todos os que foram mobilizados pelo esforço de guerra, ou seja FEB, FAB, praianos⁴, Marinha de guerra e Marinha mercante. O termo Veterano da FEB foi utilizado para identificar os cidadãos-soldados que compuseram a FEB e tiveram a experiência de guerra na Itália (SILVEIRA, 2003, p. 249).

Outro elemento de diferenciação entre os grupos foi gerado pela politização da AECB e suas regionais. Como já foi dito, os comunistas tiveram uma ação importante nos primórdios da associação levando a uma tendência de politização dos associados. Ferraz atribui forte atuação das esquerdas comunistas dentro a AECB, apenas no início de sua organização. Sua forma atuar foi também diferenciada, pois eles não buscaram uma estratégia conciliadora com as autoridades, já que entendem que os benefícios são direitos legítimos a serem exigidos e partem do pressuposto que o Ex-Combatente é consciente deste fato (FERRAZ, 2003, p. 266). Inicialmente isto contribui para criação de uma imagem negativa da associação perante a sociedade brasileira, pois em um mundo já bipolarizado as esquerdas comunistas não eram muito populares no ocidente capitalista (FERRAZ, 2003, p. 296).

Resultado do processo de divisão dos grupos, em 3 de Julho de 1969 o CVCI ganhou o nome de Associação dos veteranos da FEB (AVEFEB) e em 1972 passou para Associação Nacional dos Veteranos da FEB, já com uma diretoria nacional, vinculada as associações regionais (SILVEIRA, 2001, p. 250).

Em Juiz de Fora o projeto de organização de uma regional da AECB foi idealizado pelos veteranos Adson Marques e Adailton Garcia, com o auxílio do civil Joaquim Henrique Vianna Júnior, advogado, os quais criaram a AECB/JF em 20 de abril de 1947. Joaquim Henrique Vianna Júnior ocupou o cargo de presidente da associação na primeira gestão da diretoria (AECB/JF, 1947-1955, p. 3).

Dentro da AECB/JF e posteriormente na ANVFEB/JF, em âmbito regional, sempre se configurou uma vontade de apolitização de ambas as instituições. Percebemos esta

⁴ O termo praiero, posteriormente, foi utilizado para designar os soldados que foram mobilizados para defender o litoral, mas não chegaram a entrar em combate direto com inimigo. Cf. FERRAZ, Francisco Cesar. A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira. 2003. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 176.

necessidade de uma negação da ação política, por exemplo, nos estatutos do CVCI e da ANVFEB. Assim como na ata de criação da AECB/JF:

[...] a seguir foi dada a palavra ao senhor presidente que de novo fez o aviso do Presidente de Honra, de que na Associação não era e não é permitida a discussão de espécie alguma na pessoa de que se chama política (AECB/JF, 1947-1955, p. 4).

Em Juiz de Fora esta discussão também se prolongou, pois houve Ex-Combatentes que se candidataram a cargos públicos políticos e em outros casos se filiaram a partidos políticos. Como por exemplo, o caso de Adalberto José de Oliveira, presidente da AECB/JF durante gestão 1962-1964, filiado ao PTB, Adalberto acabou preso durante o golpe militar de 1964 e por isso as reuniões foram interrompidas de maio até agosto do mesmo ano, quando temos a formação de uma nova diretoria, agora com proposta apolítica (AECB/JF, 1962-1969, pp. 38-40).

Este processo de disputa identitária regional resultou em Juiz de Fora, na criação de uma AVEFEB/JF, em 29 de agosto de 1971 (AVEFEB/JF, 1971-1981, p. 2). O processo de nacionalização das associações de veteranos culminou em 1972, transformando a AVEFEB em ANVFEB acompanhado agora por suas regionais (SILVEIRA, 2001, p. 250).

Como podemos perceber nos subitens 1.1 e 1.2, a mobilização planejada pelo Brasil a fim de mandar tropas para Itália, não foi um esforço organizado, não se preparou para ataques das nações as quais declarava guerra, não possuía infraestrutura para o deslocamento de tropas e nem para produzir itens necessários a guerra. Estes fatores resultaram no atraso do envio das tropas para o *front* italiano, ao chegar na Europa tropa teve de completar o treinamento, pois não estava adaptada ao armamento comprado dos Estados Unidos, além de enfrentar dificuldades com relação ao clima, não tinham roupas adaptadas ao frio.

A dissolução da FEB feita ainda em solo europeu foi outro fator problemático, o governo brasileiro não tinha um plano definido de ressocialização dos Ex-Combatentes. Quando a tropa volta de sua atuação no Teatro de Guerra europeu, além da lei de assistência médica, os veteranos não tinham outros direitos adquiridos. Este quadro será um dos principais motivos para a organização em associações.

A ANVFEB/JF foi parte integrante deste processo nacional, em Juiz de Fora coexistem as duas associações, AECB/JF e ANVFEB/JF. As quatro etapas por que passou os Veteranos da FEB é no entendimento da pesquisa, crucial para entender a composição do

museu da FEB, assim como sua criação. Podemos perceber, que na constituição do museu a exposição de peça que representam sua luta por direitos e a sua definição como veterano de guerra, como será explicado no capítulo seguinte.

2 O Museu José Maria Nicodemos

Neste segundo capítulo será feito um questionamento sobre o processo de construção do acervo da ANVFEB/JF, comparando-o com dois casos específicos, o do Museu Paulista e do Museu Mariano Procópio. O Museu José Maria Nicodemos foi constituído a partir de acervos pessoais. O acervo Museu Paulista foi formado a partir da doação de peças por parte do estado de São Paulo em 1895, complementado com a encomenda de peças a partir de um planejamento museológico com a finalidade de aproximá-lo a temática dos bandeirantes em 1922. O Museu Mariano Procópio foi formado a partir da coleção pessoal de Alfredo Ferreira Lage, colecionador de peças de valor histórico-museológico.

Ulpiano T. Bezerra de Meneses entende o conceito genérico de museu como um “espaço que estabelece uma intermediação institucionalizada entre indivíduo e objetos materiais” (MENESES, 1995, p. 3), sendo complementada em “forma pela qual nossa sociedade institucionaliza e transforma objetos em documentos” (MENESES, 1995, p. 4). Sua outra função é a de induzir a observação de coisas do cotidiano, das quais não prestamos a devida atenção. Portanto podemos entender o museu como um lugar próprio para se coletar objetos, classificá-los, estudá-los e expô-los. Considerando que neste processo os objetos perdem seu valor primário, ou seja, há um esvaziamento do valor de uso quando passam a serem custodiados por um museu (MENESES, 1995, p. 4).

Utilizamos os trabalhos de Ulpiano T. Bezerra de Meneses e Cecília Helena de Salles Oliveira para analisar o caso do Museu Paulista o qual foi criado como um memorial dedicado a Independência em 1890. Posteriormente reformulado na década de 1920 a partir de um projeto pensado por Afonso Escragnolle Taunay que pretendia colocar os bandeirantes em local de destaque na história. O diretor construiu o acervo a partir deste objetivo, encomendando quadros, esculturas e afins, para representar o bandeirante como herói da pátria (OLIVEIRA, 2009, p. 316).

O Museu Mariano Procópio foi criado originalmente a partir de uma coleção pessoal de Alfredo Ferreira Lage, sem um projeto museológico definido. Em 1936 o colecionador fez a doação de suas coleções ao poder público. Desta forma ele forja uma memória composta por peças referentes a períodos distintos, mas com uma aproximação ao Império (PINTO, 2008, pp. 128-129).

Os veteranos da FEB, seção Juiz de Fora, são compreendidos pela pesquisa como agentes plenos de memória, pois são integrantes do período do passado a que o museu remete, logo suas ações a fim de criar suportes de memórias são entendidas como esforços para que suas identidades sejam cristalizadas na sociedade.

2.1 O museu enquanto suporte de memória:

Sendo a memória coletiva um processo de construção, ela busca elementos que irão unificá-la e homogeneizá-la em relação a um grupo social. Sendo assim a representação de si próprio busca uma reorganização simbólica do universo das coisas e esta operação ideológica produz legitimações. Desta forma o museu histórico é parte integrante desta equação (MENESES, 1995, p. 5). Comumente confundido como instituição que celebra o passado, O museu histórico está ligado a uma aproximação do museu com elemento biográfico, expondo tematicamente fatos e figuras excepcionais. Sendo a história uma operação de conhecimento, não podemos reduzi-la a memória, domínio do passado e das ações e personagens extraordinários, a História tem por objetivo reinterpretar as organizações e transformações sociais, culturais e políticas das sociedades. A fim de definir o que é museu histórico,

conviria entender o museu não como uma instituição voltada para o acúmulo de objetos históricos, mas sim voltadas para os problemas históricos. Assim em última instância seriam históricos os objetos de qualquer natureza ou categoria, capazes de permitir a formulação e o encaminhamento de problemas históricos (e por problemas históricos deveríamos entender: propostas de articulação de fenômenos que permitem compreender a estruturação, funcionamento e, sobretudo, a mudança da sociedade) (MENESES, 1995, p. 5).

É preciso entender o Museu Histórico enquanto um suporte de memória, quando o pensamos enquanto um lugar que precisa ser conservado. Portanto o Museu Histórico é entendido como parte de um processo consciente de cristalização da memória, que é representado a partir de suportes. Devido às relações de afetividade que se estabelecem entre as pessoas e os objetos históricos, isto é, suportes da memória, o patrimônio material atua como agente definidor de trajetórias, afirmando identidades e estabelecendo amarras,

principalmente, de espaço e tempo. Além disso, o museu histórico também é pensado como um lugar de informação, local que serve para levantamento de dados, assim como um local de lazer (MENESES, 2002, p. 14).

Utilizando a pesquisa realizada por Rogério Resende Pinto em sua dissertação de mestrado, observamos que o Museu Mariano Procópio foi constituído com o intuito de engrandecer o nome de Mariano Procópio Ferreira Lage e de sua família. O homenageado foi dono da Companhia de rodagem União e Indústria responsável pela integração de Juiz de Fora com a capital brasileira através da construção da estrada União e Indústria inaugurada em 23 de junho de 1861 por Dom Pedro II (OLIVEIRA (B), 1966, p. 24).

Alfredo Ferreira Lage utilizou a fortuna de sua família para adquirir peças que pudessem remeter ao período mítico do Império, pois queria aproximar o nome da família à trajetória do regime (PINTO, 2008, p. 128). Além do esforço por construir uma memória vinculada ao Império, o colecionador preocupava-se especificamente em colecionar peças relacionadas ao Império a fim de que não se perdessem em leilões semelhantes aos quais ele as adquiria. O projeto de cristalização de uma memória do Império desenvolvida por Alfredo Ferreira Lage, segundo Rogério Resende Pinto, fica evidenciado em:

o Museu Mariano Procópio, foi pensado não somente no sentido de celebrar a história nacional vinculada ao Brasil império, mas também para engrandecer o papel de Mariano Procópio como um dos possibilitadores de progresso para construção da pátria e da união dos brasileiros (PINTO, 2008, p. 131).

Assim o museu foi oficialmente inaugurado em 1921 e em 1936 foi doado ao poder público. Este processo foi a consagração da obra de Ferreira Lage, pois ele procurou reunir um grande acervo e uma biblioteca voltada a pesquisa e com isso demonstrou sua preocupação com a produção de difusão de novos conhecimentos. Percebemos que Alfredo Ferreira Lage tinha receio de ver toda a sua coleção perdida em leilões, por fez da doação de seu acervo ao poder público a solução do problema (PINTO, 2008, p. 133).

A presença de catálogos de leilões estrangeiros na coleção de Ferreira Lage, como os das Galerias George Petit, La Haye e Hotel Drouot, indicam que ele pode ter conseguido peças nestes locais. Outros registros no arquivo do museu indicam que ele frequentou algumas casas de leilões famosas pelo Brasil. Constatou-se também que o museu recebeu a doação de parte de uma coleção, da também colecionadora, Viscondessa di Calvancati. Estas

foram as três formas de aquisição encontradas durante a constituição do acervo do Museu Mariano Procópio (PINTO, 2008, p. 159).

Outro exemplo analisado foi o caso do Museu Paulista, este foi erigido para ser um monumento a Independência, estando no mesmo local em que ela foi proclamada. Foi construído entre 1885 e 1890 e inicialmente foi pensado como uma propaganda do Império para melhorar sua imagem perante a sociedade, mas sua conclusão foi anunciada já no período republicano, mesmo sem a conclusão do prédio (OLIVEIRA (A), 2009, p. 333).

Durante a Primeira República o sete de setembro, data comemorativa do fato histórico, foi resignificada. Sendo representado a partir de então, simbolicamente, como o momento do nascimento da nação brasileira. Investido de áurea simbólica o monumento se tornou importante para a representação república, sendo também resignificado para se tornar um museu histórico, em 7 de setembro de 1895. Este processo simbólico foi consolidado em 1922 com a comemoração do centenário da Independência. E, posteriormente em 1963, a guarda do museu foi transmitida à Universidade de São Paulo (OLIVEIRA (A), 2009, p. 335).

No entanto para entender o Museu Paulista é preciso refletir sobre a ação do diretor que atuou durante década de 1920, Afonso Escagnolle Taunay, pois ele apresentou um projeto para exaltar a atuação dos bandeirantes na formação das fronteiras do Brasil, seu caráter desbravador e o pioneirismo que também foi associado à Independência. Para isso Taunay encomendou quadros e esculturas para representar os bandeirantes. Seu projeto tem a intenção de consolidar a associação entre a empreitada bandeirante ao processo de independência do país. Desta forma podemos entender o Museu do Ipiranga como um museu histórico e também como um memorial dedicado a Independência, cujo destaque é a figura do bandeirante (MENESES, 1995, p. 5).

Diferentemente dos outros dois casos o Museu José Maria Nicodemos foi pensado como um esforço de memória para construir uma memória coletiva que identifique o grupo dos veteranos da FEB de Juiz de Fora. A conservação destes vestígios é um meio pelo qual os veteranos exercem a cristalização da memória deste passado, além disto é momento em que o veterano se estabelece como agente pleno da sua própria memória. Ao contrário do exemplo citado acima, o Museu Paulista e o Museu Mariano Procópio representam um esforço de memória que parte da ação de pessoas que não foram testemunhas do momento histórico representado pelo respectivo museu. Taunay não testemunhou as bandeiras paulistas, assim como Alfredo Ferreira Lage foi apenas um colecionador de objetos históricos e não testemunha do período a que os objetos se referem. Retomando a idéia de que uma das

funções do museu histórico é o estabelecimento de amarras entre espaço e tempo, percebemos que Taunay e Ferreira Lage não estabelecem uma ligação orgânica entre espaço e tempo como percebemos no caso dos veteranos.

O projeto de criação do museu da ANVFEB/JF, em primeira instância, firmou um compromisso com o poder executivo municipal a fim de conseguir verbas para a criação de sua sede de um museu citado em Livro Ata de Assembléia:

o vereador Julio Camargo apresentou uma proposição e um projeto de lei autorizando o Prefeito Municipal fazer, na parte baixa do monumento, uma adaptação e que deve ser instalada a sede da Associação Nacional dos Veteranos da FEB e a organização de um pequeno museu da FEB, passando o monumento a ser administrado pela dita Associação que terá uma subdivisão anual correspondente a 50 salários mínimos (ANVFEB, 1981-1987, p. 15).

Mas este projeto de lei não foi levado adiante. Em virtude disto a ANVFEB/JF optou pelo esforço próprio da associação deixando de lado a parceria com o poder público (ANVFEB, 1989-1991, p. 41). A inauguração de fato da sede do museu só foi realizada no dia 07 de junho de 1992, em solenidade organizada para este fim (ANVFEB, 1992-1997, p. 5V).

Sobre o processo de aquisição de peças, podemos observar dois exemplos no caso da ANVFEB/JF, pois o esforço de constituição deste suporte de memória partiu dos próprios veteranos, este processo resultou na constituição do acervo do museu, que observamos em:

pelo Veterano Antonio Olimpio Duarte, foi ofertada uma Carta Geográfica da Itália, apreendida de um *COLLECHIO* de um capelão alemão. Pelo Cap. Walter da Fonseca e Silva, foi cedido a “Folha do Correio da Manhã” de 25 de dezembro de 1970 que publica uma reportagem sobre o nosso associado ‘Veterano Walter da Fonseca e Silva’. O Veterano ÁLVARO DUBOC FILHO, ofereceu um exemplar de ‘A GAZETA’ – Estado de São Paulo que publica o roteiro da FEB (ANVFEB, 1971-1981, p. 36V).

Neste exemplo nos percebemos que o meio de acumulação inicial das peças foi a partir da doação de coleções pessoais dos próprios veteranos que cediam seus itens para formação do acervo do museu. Outro exemplo para constatar este processo é o seguinte: “doação: Recebemos por doação do nosso companheiro Joaquim Azevedo, por intermédio de seus

filhos, 18 (Dezoito) Discos de música populares, sendo um de [sic]⁵ Militar, de 78 rotações por minuto” (AECB/JF, 1958-1960, p. 32V). O processo acumulação do museu a partir da doação de coleções dos agentes plenos da memória caracteriza a cristalização da memória coletiva dos veteranos da FEB de Juiz de Fora.

A seguir prossegue a descrição do acervo do museu, isto só foi possível devido a um projeto de organização e higienização do acervo da ANVFEB/JF, este projeto foi realizado entre os anos de 2009 e 2010, sendo financiado pela própria associação, a partir deste projeto resultou a listagem descritiva que hoje se encontra na ANVFEB/JF⁶.

2.2 Apresentação do acervo arquivístico do Museu Veterano José Maria Nicodemos:

O acervo do Museu da ANVFEB/JF é pequeno se comparado ao Museu Paulista e o Museu Mariano Procópio. Entretanto ele representa uma fonte de documentos de assuntos ligados a FEB. A associação tem uma listagem descritiva incompleta o que faz parte de seu arquivo, alguns itens não foram listados ainda, embora o acervo esteja em processo de reorganização. A associação dos veteranos não conta com um Sistema de Arquivo (SIARQ)⁷, mas esta listagem é suficiente para entender a dimensão do acervo.

O acervo bibliográfico da ANVFEB/JF conta com quatro coleções sendo estas: uma de jornais, contendo com vinte e um exemplares do jornal “Memórias de Guerra”, de Cataguases, no intervalo temporal de 1989 e 1990; outra coleção é a de cartazes, totalizando doze itens dentre os quais se tem um calendário comemorativo a *Gaggio Montano*, em italiano, cartões postais representando locais em que os veteranos da FEB estiveram e outros itens de datas comemorativas; as últimas duas coleções são de revistas recebidas pela associação, uma intitulada “O Expedicionário” e outra “Veterano”, com quatorze e doze volumes respectivamente.

Ainda sobre o acervo bibliográfico do arquivo do museu ele ainda possui oito séries documentais descritas em: Livro de Presença, nestes livros os Veteranos e Ex-Combatentes

⁵ [sic] representa que determinado trecho não estava legível, neste caso uma palavra apenas.

⁶ Participaram deste projeto o Ms. Anysio Henrique Neto e o graduando Franklin Lopardi franco.

⁷ “Conjunto de rotinas, procedimentos e métodos de arquivamento compatíveis entre si, tendo em vista a organização e a preservação de documentos ou arquivos, bem como o acesso às informações neles contidas” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 156).

registravam a frequência de seus associados nas reuniões, seja de diretoria ou extraordinária, estes livros não foram transcritos e nem digitalizados; Livro de Registro dos Sócios e Livro de Registros Históricos, nesta série percebe-se o esforço de registro de seus antecedentes, pois os registros históricos são da própria associação, ambos estão transcritos e digitalizados; Livros Atas, estes livros são os registros das reuniões da AECB e da ANVFEB, desde 1947 até os dias atuais, estão todos os dezesseis itens transcritos e digitalizados; Livros Contábeis, são livros que demonstram registros do fechamento de caixa, também se iniciam desde a criação da associação até os dias atuais, são seis volumes não transcritos e nem digitalizados; Livros de Receitas e despesas das Associações, nesta série temos a descrição dos gastos das associações, são cinco volumes não transcritos e nem digitalizados; Documentos Diversos, são manuscritos, informativos, impressos, dentre outros que não formam uma série por não conterem uma ligação orgânica; Itens diversos, assim como o anterior, porém não constituem uma coleção orgânica, pois não foram produzidos pelo mesmo autor.

O acervo áudio visual custodiado pela ANVFEB é composto por discos, DVDs e fitas VHS. São quarenta e uma músicas subdivididas em quatro discos sendo estes: um disco acerca do Hino do Centenário de Santos Dumont, com três músicas; um exemplar da coleção canção do expedicionário, com treze canções; um item da coleção Canções Militares, o qual possui onze músicas e mais um elemento referente a coleção Cântico a Santos Dumont, com quatorze canções.

Os DVDs são reproduções feitas a partir das fitas VHS, como não foram listados não se sabe a quantidade exata de itens dessa série, Este acervo é composto entrevistas, reportagens e documentários referentes a temática da Segunda Guerra Mundial e aos veteranos da FEB e suas associações.

O acervo iconográfico do Museu Veterano José Maria Nicodemos conta com mais de mil fotos, subdividimo-nas em três categorias, fotos durante a guerra, cartões postais e fotos do pós-guerra. As fotos do período de guerra são em sua maioria registros dos próprios veteranos durante o combate. São duzentas e cinquenta e sete (257) fotos de soldados, cabos e sargentos, esta série encontra-se atualmente em processo de digitalização.

Os cartões postais são duzentos e quinze (215) no total, nesta categoria também estão contidos cinco panfletos de basílicas da Itália, esta categoria serve para fazer como registro da trajetória dos veteranos durante a guerra, sendo alguns exemplos as cidades de Roma, Napoles, Pistóia, Torino e outras.

As fotos do pós-guerra são registros históricos ligados as associações. São ao todo oitocentos e cinquenta e oito fotos (858). Elas registram desfiles militares em que os veteranos participaram ou foram homenageados, reuniões das associações, reuniões solenes como entrega de diplomas, inauguração de monumentos em homenagem a FEB. Também registram viagens feitas pelos veteranos para a Itália e reuniões em outras associações. Registra também o processo de construção de sua sede, assim de como monumentos em tributo a FEB no Brasil e na Itália. Esta categoria fotos, assim como os cartões postais também se encontra em estágio de digitalização.

Além desta grande série, a ANVFEB/JF, também custodia duas coleções iconográficas intituladas como: Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos da América – USIS e fotos do Exército Inglês. A primeira coleção de fotos representa as criações posteriores a guerra sobre inovações tecnológicas que os Estados Unidos estavam desenvolvendo, como foguetes, mísseis e módulos de exploração espacial. São trinta e três fotos todas digitalizadas. A segunda coleção são fotos do período de guerra, entretanto são fotos principalmente do exército inglês, registram suas forças em combate, cidades destruídas, dentre outras. Esta coleção também ilustra a diversidade do *front* italiano, pois temos fotos de tanques indianos e tropas australianas que combateram próximos as tropas brasileiras.

2.3 Acervo museológico:

O Museu José Maria Nicodemos consiste em uma sala dentro da ANVFEB/JF que atualmente esta sediada na Associação dos Militares Reservistas (AMIR), instituição ao qual o museu está fisicamente e institucionalmente ligado, acerca deste processo apresentamos a discussão proposta para resolução do problema da alocação do museu.

Segundo o Livro Ata de Reunião de Diretoria e Assembleia 1997-2004 percebemos que

O presidente voltou a tratar do assunto da AMIR, disse que é um problema a ser resolvido por toda a família febianana. Disse que no momento, para ele a opção é a AMIR, mas que será resolvido numa votação democrática e espontânea pela assembléia, especialmente reunida para a resolução do problema. Disse que o Presidente ou a Diretoria não irão resolver sozinhos, será solucionado pela maioria dos associados. Comentou que pediu

a opinião do nosso amigo Exmo. Sr. General Covas, filho de veterano e ele acha que no momento a Solução AMIR é viável. O veterano Major Rui, Vice-Presidente da Direção Central/RJ, presente à reunião, disse que o Patrimônio das Regionais que não são proprietárias, é fácil resolver, sendo somente necessário encaminhar os seus pertences ao Exército ou algum Museu, fechando as portas e encerrando as atividades, o que não acontece com a Regional de Juiz de Fora, por ser proprietária do seu imóvel. O Major Rui disse que a cessão do acervo das Regionais deverão ser no regime de comodato, porque nesse regime, o beneficiados não tem despesas na aquisição e nem fica dono definitivo. Acrescentou que em sua opinião, no momento, a AMIR é uma solução viável para a resolução do problema 'doação da Regional de Juiz de Fora' (ANVFEB/JF, 1997-2004, p. 26V).

O acervo do Museu consiste em quadros, fotos, diplomas, recortes de jornal, peças de artilharia, vestuário e aparelhos de comunicação, expostos em suas paredes, duas estantes de vidro e uma mesa.

Obtivemos poucas informações acerca dos dois quadros encontrados no museu ANVFEB/JF, o primeiro intitulado Patrulha na Neve que foi doado pelo presidente da Confederação das Indústrias (AECB/JF, 1955-1960, p. 30) e está assinado em nome de Zagloba. O segundo quadro é um retrato do cabo Helio Tomaz que ostenta as seguintes medalhas: Cruz de Combate de 1ª Classe, Medalha de Sangue do Brasil e Medalha de Campanha da FEB, assinado "...CAZI", datado de 1962.

Outro tipo de representação em forma de quadros presente no museu da associação são pequenas placas de madeira pintadas por um artista local, não identificado, São vinte e oito quadros desta natureza no total, eles representam símbolos como o do V exército americano, do Regimento Sampaio, o símbolo da FEB a cobra fumando, alguns comemorativos sobre o dia da vitória, o monumento no Rio de Janeiro, dentre outros.

Outro tipo de representação iconográfica sobre a associação e a FEB são as fotos expostas no museu, totalizando quarenta e nove fotos. Elas representam monumentos na cidade e na Itália em homenagem a FEB, assim como festividades da associação, encontramos também fotos do período de a guerra, assim como fotos de prisões realizadas pela FEB de soldados alemães. A seguir, ainda sobre as fotos, vale ressaltar dois esforços de memória encontrados no museu identificado como suporte de memória. O primeiro esforço é a reprodução de todas as fotos dos associados contendo o regimento em que serviram, e o segundo esforço é uma homenagem aos comandantes da FEB representados por suas imagens.

Também exposto nas suas paredes se encontram sete recortes de jornal lembrando feitos da FEB, como também homenagens de cidades libertadas por ela. Podemos identificar ainda nas paredes do museu a exposição de diplomas, medalhas e placas, todas elas

remetendo a um reconhecimento da memória da FEB por parte de segmentos da sociedade, tais como grupos de escoteiros, Rotary Clube, comunidades de cidades italianas como Montese, setores do Exército, dentro outros. Este esforço também demonstra que os veteranos se preocupam em representar no museu o reconhecimento da sociedade. O Museu José Maria Nicodemos, representa um suporte de memória seja sobre o aspecto físico ou simbólico cristalizando uma expressão da memória coletiva dos veteranos

Há também exposto no museu cinco placas de ferro, contendo homenagens aos combatentes de Juiz de Fora mortos em combate na Itália, ao símbolo da marinha, ao Emblema da FEB, do V Exército americano e outra placa com uma referência a FAB com os dizeres “Senta a Pua”.

Em evidência nas estantes de vidro temos peças de artilharia e peças de vestuário, dentre elas temos capacetes de modelo, brasileiro, francês, Norte-americano, alemão e duas boinas uma brasileira e outra italiana. Sobre as peças de artilharia, o museu detém a custódia somente de munições, de espingardas, revólveres e morteiro. Ainda em destaque nas estantes, pode se observar peças do cotidiano da guerra, como utensílios de alimentação e cantis. Na mesa, em exposição, ficam instrumentos de comunicação, dentre eles dois rádios em maletas e um rádio portátil e uma estação de sinal de rádio.

3 O processo de construção da memória coletiva FEB a partir da análise do acervo do Museu Veterano José Maria Nicodemos da Silva

A propósito do questionamento sobre a relação do processo de construção do acervo arquivístico e museológico com o processo de construção da memória coletiva dos veteranos da FEB têm-se o objetivo de analisar os elementos de congruência deste acervo com a memória dos veteranos da FEB, a partir de uma concepção de que a memória é uma construção feita a partir de lembranças cristalizadas no espaço. Para Halbwachs a consciência individual é um registrador de influências sociais, mas, ao mesmo tempo, a consciência individual é um limite, este limite deve ser entendido no interior do trabalho da memória, significando que a experiência dos indivíduos é a ancoragem para a construção contínua e comum que chamamos memória coletiva, cujos conteúdos, por esta razão, não são arbitrários (HALBWACHS, 2006, p. 30). Colaboram ainda na discussão acerca da construção da memória, Michael Pollak (1989) e Celso Castro (2002). A relação entre o esforço de memória dos veteranos da FEB e o esquecimento da sociedade, em relação a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, é o que Pollak define enquanto processo de enquadramento da memória. Celso Castro trabalha com o conceito de tradições inventadas, a partir do processo de construção da memória, já que esta é inventada e não apenas lembrada.

3.1 A memória coletiva da FEB:

O trabalho compreende que Memória Coletiva conceituada por Halbwachs pode ser interpretada em paralelo com a tradição inventada. Pois os elementos hegemônicos da Memória Coletiva funcionam simbolicamente para a criação de uma tradição inventada. Para o Celso de Castro as memória são inventadas e não lembradas, a lembrança por si só é um processo de invenção de tradições. Na memória coletiva o passado é permanentemente reconstruído e revivido enquanto é re-significado. Neste sentido, a memória coletiva pode ser entendida a partir das invenções de tradições. A memória coletiva sobrevive, sobretudo, na tradição, pois ela só existe enquanto é rememorada, quando deixa de ser cultuada ela desaparece.

Maurice Halbwachs entende a Memória Coletiva como algo aparentemente particular e que remete a um grupo social. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças. A rememoração individual se faz na construção das memórias dos diferentes grupos com os quais nos relacionamos. Ela está impregnada das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências, que percebemos qual um amálgama, uma unidade que parece ser só nossa. As lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, a que o autor denomina 'comunidade afetiva'. E dificilmente nos lembramos fora deste quadro de referências (HALBWACHS, 2006, pp. 39-40).

Dentro deste quadro podemos apresentar mais um exemplo em que vemos como suporte do suporte de memória dos veteranos da ANVFEB/JF, pois foi constituído a partir de acervos individuais,

a pedido do presidente, registro em ata a doação de 1 caixa de Sulfa, 1 caixa de curativo individual alemão e 1 garfo, todos doados pelo companheiro Pedro Medeiros. Do mesmo modo, registra-se a doação de 1 caixa de curativos feita pelo secretário Jorge Luiz Ambrósio (ANVFEB, 1992-1997, p. 2V).

Logo este suporte de memória foi constituído através de vestígios do passado que se remetem ao caráter individual da memória, relacionada as coleções individuais, mas também remetem a elementos da memória coletiva, pois representam vestígios do passado vivenciados pelo grupo. Halbwachs propõe que a memória parte de um caráter individual, mas é coletiva. Por exemplo, quando observamos os utensílios de alimentação expostos nas vitrines no museu, colher, cantil, dentre outros, objetos que se referem ao cotidiano dos agentes de memória da FEB durante a guerra, e não somente do doador cotidiano do doador. Mais um elemento de vivência da guerra, que aparenta a memória individual, mas constitui na expressão de uma memória coletiva, são os capacetes presentes no museu, citados no capítulo dois, ao serem doados por associados, além de perderem o seu valor de uso, também são resignificados no sentido de perderem a aparência individual para se tornar suportes da memória coletiva dos veteranos da FEB.

Tanto nos processos de construção da memória como na rememoração, o outro tem um papel fundamental. Ao se tratar da questão espacial Halbwachs defende que precisamos ver o meio material que nos cerca, pois é onde a memória se conserva. Assim entende-se o espaço como algo diretamente ligado a memória, já que é a partir dele que a memória encontra elementos para sua estabilidade e permanência, isto é, para sua cristalização:

é ao espaço, nosso espaço – o espaço que ocupamos por onde passamos muitas vezes, a que temos acesso e que de qualquer maneira nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar a nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças apareça (HALBWACHS, 2006, p. 170).

Não é possível reter uma massa de lembranças em todas as suas sutilezas e nos mais precisos detalhes, é necessário colocar em ação todos os recursos da memória coletiva, assim como as retenções no meio espacial a que está submetida para obter a maior abrangência possível.

Preende-se questionar a construção consciente do museu Veterano José Maria Nicodemos da Silva através da análise da construção da memória coletiva de seus agentes construtores. Já que o processo de construção da memória é constituído de lembranças e esquecimentos, o processo de retenção no meio espacial se faz necessário para obter a cristalização desta memória. Desta forma, como ela não é total, o museu e seu acervo se tornam uma expressão da memória coletiva do grupo. Mas a memória coletiva é constituída também de esquecimentos, isto é, ao se lembrar da atuação da FEB na Itália, há a opção de esquecer a ação daqueles que foram mobilizados para defender o litoral do Brasil, já que também constituíam a FEB. Este molde da expressão da memória coletiva é o que Pollak chama de enquadramento da memória.

Durante o pós-guerra, existe um esforço por parte dos veteranos de cristalizar a memória da atuação brasileira na Segunda Guerra Mundial dentro da sociedade. Existe também o processo natural, vivido pela sociedade, de esquecimento desta memória. Esta relação é entendida por Pollak como enquadramento de memória. Segundo o autor esta,

operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado do que se quer salvaguardar, que se integra nas tentativas mais ou menos conscientes

de definir e aperfeiçoar fronteiras sociais entre as coletividades de tamanhos diferentes: partido, sindicatos, associações, igrejas, etc. referência ao passado serve para manter coesão no grupo social em questão (POLLAK, 1989, p. 9).

Este processo de enquadramento pode ser percebido no segundo capítulo, quando foi explicado a composição do museu. Podemos perceber peças que representam a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, ou seja, que compõe a versão dos veteranos acerca da atuação da FEB na Itália. Este processo é consciente, pois foi feito pelos próprios agentes plenos da memória da FEB, mas neste caso sem nenhum planejamento prévio, apenas com a intenção de acumular dados sobre a atuação da FEB na Itália e a Segunda Guerra Mundial, os grandes temas do museu.

A seguir podemos ver dois exemplos desse enquadramento da memória que são: a eleição de datas comemorativas oficiais dos próprios veteranos da FEB e posteriormente a criação do hábito de participar de comemorações do Exército brasileiro como o sete de setembro e do dia do soldado. Nestas datas comemorativas de caráter nacional os veteranos são inseridos simbolicamente através de uma analogia entre a história do EB e a própria história da FEB. A partir desses exemplos percebemos o que Pollak chama de enquadramento da memória, pois os veteranos ao participarem das solenidades procuram se aproximar da memória do Exército brasileiro. Como podemos observar neste primeiro fragmento:

seguidamente ao orador, falou o Sr. Presidente. Disse sobre o pleito de gratidão devido pela Associação ao Exm^o Sr. General Américo Braga, comandante da Região, que tudo faz para que a Entidade obtivesse, como obteve, o devido brilho nas festividades levadas a efeito por ocasião do Dia do Soldado (25 de Agosto), quando foi homenageada a memória de Duque de Caxias; o apoio dessa autoridade à inauguração da exposição nas Casas Regentes; e o seu interesse e zelo para com o nosso desfile do próximo dia 7 (AECB, 1955-1960, pp. 5V-6).

Celso Castro interpreta este processo de eleição de datas próprias da campanha da FEB na Itália e o reconhecimento de datas oficiais do EB, por parte dos veteranos, como uma tradição inventada. O autor defende que a memória está diretamente relacionada com a “tradição de invenções”, termo pensado por Celso Castro a partir da expressão cunhada por Hobsbawn “invenção das tradições” no qual tradições são produtos construídos através de um processo consciente por determinadas sociedades (HOBSBAWN, 1984, p. 9). Outro momento

em que estas datas são celebradas, esta presente neste fragmento “Carlos Roberto Reis de Moraes, Comandante da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, convidando para a solenidade do Dia do Soldado, no dia 25 de Agosto, no Quartel do 10º BI (ANVFEB/JF, 1997-2004, p 38)”.

Celso Castro estudou a criação de uma invenção da tradição dentro do EB, neste caso o ritual da passagem da espada de Caxias aos alunos recém formados, presente na formatura dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O sete de setembro também está associado ao processo citado por Castro, e a ANVFEB também se insere na sua consagração, exposto em:

Encareceu o orador a necessidade do comparecimento de todos os presentes fora o desfile do próximo dia 7 de setembro, pois, assim, estarão emprestando o seu valioso apoio para que os ex-combatentes rememorem as suas glórias e apresentem, de público, o brilho que merecem, como soldados de ontem e heróis de hoje (AECB, 1955-1960 p. 6).

O autor também faz a ressalva de que essa invenção cultural não é espontânea, ela está sujeita a “um campo de possibilidades históricas e culturalmente limitado, o passado é recriado por referência a um estoque simbólico anterior e precisa guardar uma verossimilhança, sobre a ameaça de não vingar” (CASTRO, 2002, p. 11). Acerca do sete de setembro, neste outro fragmento podemos enxergar a participação não somente da AECB/JF, mas também da ANVFEB/JF.

Fala ainda do desfile comemorativo da independência, de 7 de setembro, da programação da 4ª RM, da presença dos Veteranos sob o honroso comando do companheiro José Evaristo dos Santos e do reencontro na nossa Sede, logo após o desfile, numa comemoração interna (ANVFEB/JF, 1989-1991, p. 15V).

Nestes quatro fragmentos pudemos observar o processo de enquadramento da memória, mesmo enquanto ainda na fase da AECB/JF, ex-combatentes e veteranos cultuavam as mesmas datas em solenidades oficiais. Este elemento pode ser entendido como uma tentativa de cristalizar a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial na memória coletiva da sociedade.

Pudemos perceber, a partir do primeiro capítulo que a ANVFEB/JF também passou por processo análogo, de invenção de tradições do veterano da FEB. Essa invenção constituiu-se por uma seleção de símbolos que a remetem a memória construída pelo grupo. Entretanto estes elementos representam invenções de tradições que os próprios agentes de memória utilizaram para seleção de suas peças expostas museu. A fim de inventar uma tradição do veterano como único portador da experiência de combate, foi escolhido a exposição de peças que remetem a guerra, fazendo referência ao tributo de sangue o qual apenas os veteranos da FEB teriam prestado, assim como cartazes e recortes de jornal dizendo sobre a liberação de cidades italianas, dentre outros.

3.2 O Museu enquanto lugar de memória:

Um lugar de memória, não é um lugar elegível por votação, e sim, um lugar no qual é possível fazer um retrocesso ao passado proporcionando a aquele que o observa, que frequenta esse espaço, o sentimento de reconhecimento e de pertencimento àquele período ao qual esse lugar de memória se refere. Podem ser desprovidos de valores estéticos representativos de época, mas carregado de forte valor sentimental. São estruturas repletas de representações simbólicas que remetem a um passado comum das pessoas desse lugar. As pessoas sentem-se interligadas umas as outras e, assim o lugar de memória torna-se um patrimônio coletivo. Trata-se do sentimento de pertencimento (NORA, 1993, p. 19).

Os lugares de memória, para Nora, são lugares em todos os sentidos do termo, vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos, esses aspectos devem coexistir sempre:

mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por

pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA 1993, pp. 21-22).

Os vestígios do passado preservados e eternizados podem ser entendidos enquanto lugares de memórias, então, se para Nora os lugares de memória dependem da criação de ritos, em uma sociedade desritualizada, Castro entende este processo enquanto invenções de tradições. Todas sociedades necessitam desses lugares de memória, por não terem mais meios de memória. Nora trabalha com a exemplificação de duas sociedades quem estabelecem relações diferente com os lugares de memória. As sociedades modernas que, pela evolução industrial e urbana, globalização e midiatização, perderam sua forma original de comunidades clássicas baseadas na linguagem verbal ou na transmissão de suas origens. Já as sociedade que possuem acesso a uma memória verdadeira, social e intocada, ditas comunidades arcaicas ou primitivas. A sociedade urbana ocidentalizada se utiliza da história para construir seu passado, com certo modo de apropriação do tempo, resultando por fim em uma ruptura entre a memória e a história (NORA, 1993, p. 19)..

O diálogo que estabelecemos entre Pierre Nora e Celso Castro se da no entendimento dos lugares de memória enquanto tradição reinventada, pois neste caso Castro identifica a invenção da tradição como a ritualização presente nos lugares de memória, já que a tradição será sempre reinventada se remetendo a um grupo social. Analisando o caso da ANVFEB/JF o grupo social a que se refere são os próprios veteranos e seus familiares, pois a área simbólica investida nos itens do museu vai influenciar na cristalização da memória destes.

O museu Veterano Jose Maria Nicodemos da Silva pode ser interpretado, assim como Hallbwachs trabalha a memória coletiva, como algo inicialmente e aparentemente individual para ser de fato uma expressão da memória coletiva de um grupo. As coleções pessoais que os veteranos acumularam e posteriormente decidiram transformar em museu funciona desta maneira. Para consolidar o processo é preciso que este passe pelo processo que Pollak chama de enquadramento de memória, ou seja, o processo de construção da memória coletiva é galgado pelo enquadramento da memória.

Em decorrência desta relação, a proposta de Celso Castro também faz parte deste diálogo, pois para se consagrar a invenção da tradição é preciso alguns passos, como o enquadramento de memória pensado por Pollak e posteriormente também faz parte deste processo o conceito tratado por Nora como a cristalização da memória. Como Castro explica

este processo de construção da memória tem de ser verossímil, pois se não, não ocorrerá a cristalização da memória.

Conclusão:

No primeiro capítulo o que se pode constatar acerca do processo de construção da ANVFEB/JF é que este foi o esforço de se construir a memória dos veteranos da FEB, seção Juiz de Fora, que foi entendida a partir da mobilização e desmobilização da tropa. Mas mesmo com este propósito pode ser ver que o esforço não foi dotado de um planejamento prévio. Não podemos pensar a FEB, após o seu desembarque enquanto um Exército com um projeto definido a ser cumprido, pois ela não chega ao Rio de Janeiro como força expedicionária, pois esta já estava desmobilizada através do aviso ministerial. Dentro do universo do Ex-Combatente existia uma pluralidade de tendências políticas, mas nenhuma delas foi homogênea o suficiente para nortear ações da associação que compunham.

O que se pode estabelecer de ponto comum é que o reconhecimento da sociedade e do Estado são vistos como deficiente pelos ex-combatentes, o que acaba por constituir em um trauma dentro do universo destes. Este fato é um motivo para manter as associações existindo, mesmo com todas as divergências, já que sozinhos eles tinham a consciência que seria bem mais difícil de conseguir seus direitos.

No segundo capítulo pudemos observar que a construção do museu pode ser vista como um esforço de memória dos próprios agentes plenos da memória da FEB, em resposta a este trauma, algo singular na história dos museus, pois como vimos tanto o caso do Museu Mariano Procópio quanto o Museu Paulista passam por processos distintos. O primeiro é pensado por Alfredo Ferreira Lage com a intenção de preservar a memória do pai aproximando-a com o período monárquico, já o segundo é consequência de dois projetos estatais, primeiro o de servir enquanto memorial da independência, um projeto de âmbito nacional, o segundo projeto é ligado a regionalidade, o de comprovar a atuação dos bandeirantes como grandes personagens históricos.

O acervo da ANVFEB/JF é pequeno se comparado com os outros casos analisados, mas a partir dele podemos ter uma noção do funcionamento da própria associação desde sua fundação até os dias atuais. O museu não foi formado a partir de um planejamento museológico, ele é a expressão coletiva e da memória dos febianos.

O acervo da associação pode ser entendido enquanto elemento de congruência dos veteranos de FEB com seu passado. Ao se propor a entender este passado é preciso entendê-lo desde a atuação de seus membros na Segunda Guerra Mundial. Pois como propõe Ferraz é a

experiência enquanto cidadão-soldado que irá definir várias de suas relações no pós-guerra, como a discussão da legitimidade em torno do Ex-Combatente e Veterano, estes afirmam que sua experiência de guerra é a verdadeira experiência de ex-combatentes, já os Ex-Combatentes afirmam que sua experiência também é legítima, e suas discussões acabam por criar duas associações, AECB e ANVFEB respectivamente.

Por fim no capítulo três percebemos que a divisão do grupo inicial da FEB enquadra a construção dos diferentes elementos investidos de aura simbólica. O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade afetiva, identificou-se e fundiu seu passado com o passado coletivo do próprio grupo. O grupo está presente para o indivíduo, não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo, através da rememoração.

Nora apresenta sua categoria de "Lugares de Memória" como resposta a essa necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo. Nora conceitua os lugares de memória como, antes de tudo, um misto de história e memória, momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, há a necessidade de identificar uma origem, um nascimento, algo que relegue a memória ao passado.

Concluindo a análise do trabalho percebemos que, o objeto analisado não foi totalmente esgotado pela pesquisa. Primeiro, o trauma a que o trabalho se refere, um trauma posterior a guerra, pode ser explorado a partir da metodologia da História Oral, assim como relacioná-lo a constituição do acervo da ANVFEB/JF. No acervo do museu analisado ainda constam diversas fontes históricas relativas a memória da FEB.

REFERÊNCIAS:

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

BRAYNER, Floriano de Lima. **A Verdade Sobre a FEB: Memórias de Um Chefe de Estado – Maior na Itália**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

FERRAZ, Francisco Cesar. **A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira**. 2003. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O museu e a questão do conhecimento. In: SALGADO, Manuel Luiz; LOPPEZ, Regis (orgs.). **Futuro do Pretérito: a história dos museus na escrita da história**. ARGOS, 2009.

_____, Ulpiano T. Bezerra. Museus Históricos: Da Celebração a Consciência Histórica. In: **Como Explorar um Museu Histórico**. Museu Paulista, São Paulo: 2ª tiragem, 1995.

_____, Ulpiano T. Bezerra. Para Que Serve Um Museu Histórico. In: **Como Explorar um Museu Histórico**. Museu Paulista, São Paulo: 2ª tiragem, 1995.

MORAES, João Batista Mascarenhas. **Memórias**. 2 ed, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Dias Cardoso, 1966.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Entre Memória e história: apontamentos sobre a formação do Museu Paulista. In: SALGADO, Manuel Luiz; LOPPEZ, Regis (orgs.). **Futuro do Pretérito**: a história dos museus na escrita da história. Editora ARGOS, 2009.

PINTO, Rogério Resende. **Alfredo Ferreira Lage: suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio**. 2008. 360 f. (Dissertação de Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989.

SILVEIRA, Joaquim Xavier. **A FEB por um Soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército & Expressão e Cultura, 2001.

SILVEIRA, Joel. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1976.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

FONTES PRIMÁRIAS⁸:

Acervo histórico da ANVFEB/JF, coleção atas de reuniões ordinárias e extraordinárias:

⁸ Esta referência foi encontrada na listagem descritiva do acervo do museu, disponível para consulta no acervo do Museu José Maria Nicodemos da Silva, na sede da ANVFEB/JF.

Livro ata de Reunião Diretoria AECB, Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. **03/01 Livro ata de Reunião Diretoria 1947 a 1955.** Cx07. AECB/JF, 200p.

Livro ata de Assembléia AECB, Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. **03/02 Livro ata de Assembléia 1955 a 1960.** Cx07. AECBJF, 100p.

Livro ata de Reunião de Diretoria AECB, Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. **03/04 Livro ata de Reunião Diretoria 1958 a 1960.** Cx07. AECBJF, 100p.

Livro ata de Reunião Extraordinária AECB, Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. **03/07 Livro ata de Reunião Extraordinária 1962 a 1969.** Cx07. AECBJF, 200p.

Livro ata de Assembléia ANVFEB, Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira. In: **03/09 Livro ata de Assembléia 1971 a 1981.** Cx08. ANVFEBJF, 200p.

Livro ata de Assembléia ANVFEB, Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira. **03/12 Livro ata de Assembléia 1981 a 1987.** Cx08. ANVFEBJF, 100p.

Livro ata de Reunião Diretoria ANVFEB, Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira. **03/14 Livro ata de Reunião Diretoria 1989 a 1991.** Cx08. ANVFEBJF, 100p.

Livro ata de Reunião Diretoria ANVFEB, Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira. **03/15 Livro ata de Reunião Diretoria 1992 a 1997.** Cx08. ANVFEBJF, 100p.

Livro ata de Reunião Diretoria e Assembléia ANVFEB, Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira. **03/16 Livro ata de Reunião Diretoria e Assembléia 1997 a 2004.** Cx08. ANVFEBJF, 200p.

